Historicidade e Identidade Cultural

Vanuza Rodrigues Mariano Costa

vanuzamariano58@gmail.com

Resumo:

O presente artigo trata do conceito de historicidade e identidade cultural, referindo-se à compreensão de que os acontecimentos, as culturas e as identidades humanas são construções históricas, ou seja, estão inseridos em um tempo e espaço determinados e são moldados por processos sociais, políticos e culturais. Nesse sentido, a identidade territorial também é fruto dessa historicidade, sendo constituída pelas relações simbólicas e materiais que os sujeitos estabelecem com o território ao longo do tempo. Este artigo analisa como esses dois conceitos se articulam para explicar a formação de pertencimentos coletivos e o enraizamento cultural de comunidades em determinados espaços geográficos. Através de uma abordagem interdisciplinar, o estudo investiga como a memória, as práticas sociais e os marcos históricos contribuem para a construção da identidade territorial, destacando o papel da tradição, da resistência e da transformação nas dinâmicas territoriais contemporâneas.

Palavras-chave: Historicidade. Culturas. Identidades.

Recebido em: fev. 2025; Aceito em: junho. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.685

Visadas Investigativas Multitemáticas: Educação, Formação e Ciência

Agosto, 2025, v. 3, n. 29

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428

Historicity and Cultural Identity

Abstract:

This article addresses the concept of historicity, referring to the understanding that events, cultures and human identities are historical constructions, that is, they are inserted in a specific time and space and are shaped by social, political and cultural processes. In this sense, territorial identity is also the result of this historicity, being constituted by the symbolic and material relationships that individuals establish with the territory over time. This article analyzes how these two concepts are articulated to explain the formation of collective belongings and the cultural rooting of communities in certain geographic spaces. Through an interdisciplinary approach, the study investigates how memory, social practices and historical landmarks contribute to the construction of territorial identity, highlighting the role of tradition, resistance and transformation in contemporary territorial dynamics.

Keywords: Historicity. Cultures. Identities.

Historicidad e Identidad Cultural

Resumen:

Este artículo aborda el concepto de historicidad e identidad cultural, refiriéndose a la comprensión de que los acontecimientos, las culturas y las identidades humanas son construcciones históricas, es decir, se insertan en un tiempo y espacio determinados y están moldeadas por procesos sociales, políticos y culturales. En este sentido, la identidad territorial es también el resultado de esta historicidad, estando constituida por las relaciones simbólicas y materiales que los sujetos establecen con el territorio a lo largo del tiempo. Este artículo analiza cómo se articulan estos dos conceptos para explicar la formación de pertenencias colectivas y el arraigo cultural de las comunidades en determinados espacios geográficos. A través de un enfoque interdisciplinario, el estudio investiga cómo la memoria, las prácticas sociales y los hitos históricos contribuyen a la construcción de la identidad territorial, destacando el papel de la tradición, la resistencia y la transformación en las dinámicas territoriales contemporáneas.

Palabras clave: Historicidad. Culturas. Identidades.

Introdução

A historicidade de um município não se restringe a uma sequência cronológica de acontecimentos. Ela é, sobretudo, a expressão viva do modo como diferentes sujeitos constroem, experimentam e representam o tempo histórico no território que habitam. A partir dessa perspectiva, a historicidade pode ser compreendida como um processo contínuo e dinâmico de constituição de sentidos históricos, vinculado às práticas sociais, às memórias coletivas e às disputas por poder simbólico e material no espaço.

O objetivo deste artigo é refletir sobre o processo de historicidade de um município, compreendendo-o como uma construção social que envolve memória, identidade, conflito e permanência. Ao longo da exposição, abordam-se os fundamentos teóricos do conceito de historicidade, as formas pelas quais ele se manifesta nos contextos locais e as implicações práticas dessa compreensão para os estudos históricos, geográficos e sociológicos.

A historicidade é um conceito fundamental para a compreensão da realidade social, pois parte do princípio de que os seres humanos e suas experiências estão inseridos em um processo contínuo de construção histórica. Nada é estático ou dado por natureza; tudo está em constante transformação, moldado por contextos específicos ao longo do tempo. Assim, compreender a historicidade é reconhecer que os valores, as instituições, os modos de vida e as próprias identidades são resultados de trajetórias históricas, marcadas por disputas, resistências e ressignificações.

A identidade, nesse contexto, não pode ser vista como algo fixo ou essencial. Pelo contrário, ela é dinâmica e relacional, formada a partir das interações sociais, das memórias coletivas e das narrativas que os indivíduos e os grupos constroem sobre si mesmos. A identidade é, portanto, um produto histórico, que reflete os vínculos de pertencimento, os marcos simbólicos e os referenciais culturais de determinado tempo e espaço.

Quando se fala em identidade territorial, por exemplo, reforça-se a ideia de que os lugares não são apenas espaços geográficos, mas sim territórios carregados de significados, memórias e afetividades. Esses territórios contribuem para a formação de uma identidade coletiva, que se consolida por meio das experiências vividas, das tradições preservadas e das lutas por reconhecimento e permanência.

Portanto, historicidade e identidade estão profundamente entrelaçadas. Compreender essa relação é essencial para interpretar as dinâmicas sociais contemporâneas, pois revela como os sujeitos se constituem e se reconhecem dentro de um processo histórico marcado pela pluralidade, pela mudança e pela busca constante por pertencimento.

O conceito de historicidade: para além da cronologia

A historicidade é um conceito que ocupa lugar central nas ciências humanas, especialmente na história e na filosofia. Trata-se da capacidade dos sujeitos de se situarem no tempo, de construírem sentidos sobre o passado, de interpretarem o presente e de projetarem expectativas para o futuro. Nesse sentido, a historicidade é diferente da história como disciplina ou narrativa: ela diz respeito à relação humana com o tempo, às formas de produção e uso social da memória, às escolhas que determinados grupos fazem sobre o que lembrar, o que esquecer e como interpretar os fatos.

Autores como Reinhart Koselleck, Paul Ricoeur e Michel de Certeau contribuíram para uma compreensão ampliada da historicidade, superando o paradigma positivista que via a história como simples relato factual. Para esses pensadores, o tempo histórico não é linear nem objetivo, mas plural e interpretativo. Cada sociedade, grupo ou comunidade constrói sua própria relação com o passado e, com isso, sua própria maneira de produzir história. Barbosa e Rêgo, (2017), citaram Koselleck (2014) fazendo um alerta sobre a historicidade, afirmando que:

> A atual discussão em torno da chamada historicidade enfrenta desafios teóricos que resultaram da crise do historicismo. O conceito de historicidade pretende deter o processo de relativização permanente do qual o historicismo era acusado. A historicidade absolutiza a relatividade, se me permitem essa expressão um tanto absurda. Aqui, é evidente a influência de Heidegger, apesar de ele não ter feito muito para avançar o debate em nossa ciência. Já em Ser e Tempo, ele abstrai quase completamente a história; a historicidade é uma categoria da existência humana, mas sem abordar estruturas interpessoais ou supraindividuais. Diante da temporalidade da história, Heidegger aponta o caminho da finitude da existência, mas não prossegue nele. Por isso, por trás do uso da fértil categoria da historicidade, jaz, de um lado, o perigo de uma ontologia transhistórica, como a desenvolvida por August Brunner; de outro, na aplicação da filosofia de Heidegger à história- onde a filosofia passa a adquirir um tom escatológico como história do ser-, não por acaso transparecem esquemas histórico-filosóficos tradicionais de declínio e ascensão (Barbosa; Rêgo, 2017, s/p. Koselleck, 2014, p. 278).

Os autores abordaram criticamente os impasses teóricos enfrentados pelo conceito de historicidade no contexto da crise do historicismo, destacando a tentativa de superar o relativismo extremo atribuído a este último. A influência de Heidegger é central nesse debate, embora sua concepção de historicidade, apresentada em *Ser e Tempo*, limite-se à existência individual e ignore as dimensões sociais e coletivas da história. Isso gera um duplo risco: por um lado, o desenvolvimento de uma ontologia trans-histórica, como a de August Brunner, que esvazia a historicidade de seu conteúdo histórico concreto; por outro, uma apropriação da filosofia heideggeriana que transforma a história em narrativa escatológica, recaindo em antigos esquemas de declínio e redenção. Nesse contexto, Koselleck alerta para os perigos de se absolutizar a relatividade histórica e insiste na necessidade de uma abordagem mais crítica e equilibrada da temporalidade, que leve em conta tanto a experiência existencial quanto as estruturas históricas reais.

Dessa forma, “a historicidade é, portanto, a chave para a compreensão da presença do ser e não se propõe como temporal porque está na história, mas contrariamente, só pode entrar para a historiografia porque é temporal.” (Barbosa; Rêgo, 2017, s/p).

Aplicado ao contexto de um município, esse conceito ganha profundidade: a historicidade local se expressa nas formas pelas quais seus moradores constroem suas memórias, preservam tradições, resistem a mudanças ou, ao contrário, as abraçam como formas de renovação identitária.

O município, enquanto unidade político-administrativa, é também uma construção social e histórica. Seu surgimento, consolidação e transformação estão diretamente ligados a processos sociais mais amplos, como migração, urbanização, disputas por território, políticas públicas e interesses econômicos. No entanto, cada município possui uma trajetória singular, marcada pelas vivências específicas de seus habitantes e pelas condições locais de desenvolvimento.

A historicidade municipal, nesse contexto, é o resultado da interação entre estruturas e sujeitos. As estruturas – como o estado, a economia ou as instituições – moldam o cotidiano e influenciam a organização do espaço. Mas são os sujeitos – indivíduos, famílias, comunidades que atribuem sentido à experiência histórica, interpretando o passado a partir de sua vivência e ação no presente.

O município é, portanto, um espaço de memória. Igrejas, praças, prédios públicos, festas tradicionais, lutas sociais e nomes de ruas são exemplos de como a

história é materializada e ressignificada ao longo do tempo. Nesse processo, diferentes grupos disputam a hegemonia das narrativas sobre a origem, os heróis, os eventos fundadores e os traços culturais que definem a identidade local.

Um dos aspectos mais relevantes do processo de historicidade de um município é a seleção dos elementos que compõem a memória coletiva. A história local não é neutra nem homogênea: ela é marcada por disputas sobre quais vozes são lembradas e quais são silenciadas. Muitas vezes, a história oficial – registrada em documentos e celebrações públicas, exclui as vivências de populações marginalizadas, como indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, mulheres ou migrantes.

Nesse sentido, compreender a historicidade de um município exige olhar com atenção para os silêncios e lacunas presentes nos discursos oficiais. É preciso investigar as memórias subterrâneas, os testemunhos orais, os arquivos familiares e as manifestações culturais populares que ajudam a reconstruir uma narrativa mais plural e democrática da história local.

A preservação da memória coletiva é um processo ativo, que depende de iniciativas como a criação de museus, centros de memória, arquivos públicos, projetos educacionais e ações culturais. Ao mesmo tempo, é necessário refletir sobre os mecanismos que operam o esquecimento, muitas vezes relacionados à violência simbólica, à imposição de uma história única e ao apagamento de experiências dissidentes.

Historicidade e identidade territorial

Compreender o conceito de identidade cultural envolve, em primeiro lugar, uma análise sobre o que são identidade e cultura. A identidade, por um lado, nos permite compreender as preferências de um indivíduo e seu senso de pertencimento a um espaço ou comunidade específica, onde a cultura se faz presente por meio de diversas simbologias, crenças e valores enraizados na história. Dessa forma, a cultura, em suas várias abordagens, desempenha um papel fundamental na formação da identidade, pois os indivíduos, desde o início de suas vidas, têm contato com algum aspecto da cultura. Acredita-se que esse vínculo inicial seja transmitido e influenciado principalmente pela família, e posteriormente, por meio de outras formas de socialização.

A identidade desempenha um papel fundamental no processo de resgate histórico e cultural de uma comunidade ou grupo de pessoas. Ela é importante por várias

razões, como para a preservação da história e da cultura, nesse contexto, a identidade está intrinsecamente ligada à história e à cultura de um grupo. Ao preservar e celebrar essa identidade, as comunidades podem manter viva sua história e tradições culturais.

A identidade cultural é muitas vezes um elemento central no senso de pertencimento de um indivíduo a um grupo ou comunidade. Isso pode fortalecer os laços sociais e criar um senso de comunidade e solidariedade. Quando as pessoas têm a oportunidade de se conectar com sua identidade cultural, elas frequentemente se sentem mais empoderadas e com isso, levam a um maior engajamento na preservação de sua herança cultural e na promoção de sua identidade.

O resgate da identidade cultural contribui para a diversidade e pluralidade cultural. Ao celebrar diferentes identidades, culturas e histórias, promovemos um ambiente mais rico e inclusivo. A compreensão e a preservação da identidade cultural sobretudo no ambiente escolar, enriquece a educação, permitindo que as crianças aprendam desde cedo sobre a história e a cultura de diferentes grupos, promovendo a tolerância e o respeito pela diversidade.

Além disso, o estudo da identidade ajuda a documentar a história e a cultura de uma comunidade, por meio de pesquisas antropológicas, fornecendo informações valiosas para acadêmicos e historiadores. Em muitos casos, grupos que enfrentaram opressão, discriminação ou tentativas de assimilação cultural encontraram na preservação de sua identidade uma forma de resistência e superação desses desafios.

Por outro lado, o tema da identidade é alvo de intensos debates na teoria social. O argumento central é que as tradicionais noções de identidade estão em processo de declínio, apesar de terem permanecido estáveis por um certo período. Isso tem aberto caminho para o surgimento de novas formas de identidade, resultando, sobretudo, na fragmentação do indivíduo moderno. O que antes era uma unidade coesa, agora cede lugar a uma era caracterizada pelo que Hall (2006) denomina a "crise da identidade".

Durante esse período de crise, ocorrem transformações que alteram estruturas e procedimentos fundamentais da sociedade moderna, gerando perturbações nos sistemas de referência que previamente sustentavam e ancoravam os indivíduos em um ambiente social estável, pois a identidade agora é “[...] algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”, como argumentado por Hall (2006, p. 38). Isso demonstra que a identidade é um processo contínuo, em constante evolução.

> A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é

> "preenchida" a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. psicanaliticamente, nós continuamos buscando a "identidade" e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude (hall, 2006, p. 39).

Hall, explora a complexa natureza da identidade humana, destacando que a identidade não é simplesmente uma plenitude preexistente dentro de nós, mas sim uma construção que é influenciada por fatores externos, especialmente pela maneira como imaginamos que somos percebidos pelos outros. O autor também oferece uma perspectiva psicanalítica sobre a busca da identidade como um esforço contínuo para unificar as partes fragmentadas de nossos 'eus', a fim de recuperar um sentimento de plenitude. A ideia de que a identidade é moldada pela interação social e pela percepção dos outros não é algo que simplesmente existe em sua totalidade, mas algo que é constantemente construído e reconstruído ao longo da vida.

No entanto, a noção de identidade não é de forma alguma uma entidade essencialista, e tampouco representa um núcleo imutável, imune a quaisquer alterações. Ela está sujeita a uma profunda historicização, em um constante processo de evolução e transformação. Por exemplo, vemos isso claramente nas discussões que envolvem a identidade quando esta é submetida a processos e práticas que abalam o seu caráter "estabelecido", como ocorre em contextos de globalização e migração, sejam eles forçados ou voluntários. Nestes cenários, as identidades muitas vezes se voltam para um passado histórico como uma forma de reivindicação.

> Elas surgem da narrativização do eu, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a "suturação à história", por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático (Hall, 2012, p. 109).

Hall destaca a ideia de que as identidades pessoais e sociais são construídas através da narrativa do self, ou seja, da maneira como as pessoas contam histórias sobre si mesmas. No entanto, ressalta que esse processo é inerentemente ficcional, o que significa que a maneira como nos identificamos e nos relacionamos com o mundo não é necessariamente uma representação precisa da realidade, enfatizando que essa natureza ficcional da construção da identidade não diminui a sua eficácia na comunicação e na política.

Ou seja, mesmo que as identidades sejam construídas em parte na imaginação e no campo simbólico, elas ainda têm um impacto real em nossas interações sociais e políticas. A sensação de pertencimento e a formação de identidades estão relacionadas com a forma como as pessoas se conectam com narrativas culturais e históricas, mesmo que parte desse processo ocorra no âmbito do imaginário.

Munanga (2005), deixou sua contribuição ao definir o conceito de identidade como sendo:

> [..] uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos etc. (Munanga, In: Gomes, 2005. p. 40).

O autor destaca uma realidade recorrente em todas as sociedades ao longo da história, que é a tendência de definir a identidade de um grupo humano em relação ao outro, isso significa que as culturas e grupos humanos, ao longo do tempo, sempre estabeleceram suas próprias identidades em contraposição a outros grupos ou culturas. Essa autodefinição e identidade atribuída a outros têm várias funções, incluindo a preservação da coesão do grupo, a defesa do território contra ameaças externas e a manipulação ideológica para atender a interesses econômicos, políticos e psicológicos.

Unindo os conceitos de identidade e cultura, Larrain (2003) destaca que esses conceitos envolvem na criação de narrativas que abrangem tanto as histórias pessoais como as histórias de grupos e comunidades locais. A fim de compreender sobre a cultura, as identidades e reconhecer as expressões simbólicas que desempenham um papel fundamental na cultura e identidade de um povo.

> É um discurso sobre si mesmo ou sobre o grupo na interação com outros grupos, que só é possível por meio de uma estrutura de significados comuns e da linguagem. Estudar a identidade é estudar como as formas simbólicas são mobilizadas para sua construção. (Larrain, 2003, p.32).

Larrain, destaca a importância da identidade, seja a individual ou a coletiva, como ela está intrinsecamente ligada à interação entre diferentes grupos, enfatizando que a construção da identidade só é possível por meio do uso de uma estrutura de significados compartilhados e da linguagem. Em outras palavras, nossas identidades são moldadas e definidas pela forma como nos relacionamos com os

outros e como utilizamos símbolos e linguagem para expressar quem somos. Portanto, estudar a identidade envolve analisar como esses elementos simbólicos são empregados para criar e comunicar quem somos, seja como indivíduos ou como parte de um grupo, ressaltando a natureza social e simbólica da identidade e destacando a importância da comunicação e interação na sua formação e compreensão.

Tão importante quanto falar do processo identitário de forma abrangente na sociedade é falar sobre ele no contexto educacional, pois, se buscamos um resgate histórico social de determinado povo, essa busca começa pelo resgate da identidade, e esse, dentro do ambiente escolar, inserido no currículo. Sobre esse tema Silva (2000), acrescenta;

> A questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social ao mesmo tempo em que é problema pedagógico curricular. (...) É um problema pedagógico e curricular não apenas porque as crianças e os jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença, forçosamente interagem com o outro no próprio espaço da escola, mas também porque a questão do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. Mesmo quando explicitamente ignorado e reprimido, a volta do outro, do diferente, é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência (Silva, 2000, p. 97).

Silva, destaca sobre a complexidade do currículo educacional, enfatizando que ele é um campo onde vários elementos estão em constante disputa, o currículo não é neutro, mas sim moldado por relações de poder, que desempenham um papel fundamental na produção, circulação e consolidação de significados. O currículo influencia as políticas de identidade, ou seja, a forma como as pessoas se percebe e são percebidas na sociedade.

Para o autor, a interconexão entre currículo, poder, identidade e cultura, estão interligados, o currículo não é uma entidade desprovida de influência social e política, mas sim um campo onde várias forças competem e moldam o que é ensinado e como é ensinado. O currículo pode ser usado como uma ferramenta de poder e como as políticas de identidade são afetadas por essas dinâmicas.

> Respeitar a diferença não pode significar “deixar que o outro seja como eu sou” o “deixar que o outro seja diferente de mim tal como sou diferente (do outro)”, mas deixar que o outro seja como eu não sou, deixar que ele seja esse outro que não pode ser eu, que eu não posso ser, que não pode ser um (outro) eu; significa deixar que o outro seja diferente, deixar ser uma diferença que não seja, em absoluto, diferença entre duas identidades, mas diferença da identidade, deixar ser uma autoridade que não é outra “relativamente a mim” ou “relativamente ao mesmo”, mas que é absolutamente diferente, sem relação alguma com a identidade ou com a mesmidade (Pardo, 1996, p. 154).

Pardo, apresenta uma reflexão sobre o significado de respeitar a diferença entre as pessoas. O autor ressalta que respeitar a diferença não se resume a permitir que o outro seja apenas como nós mesmos somos. Em vez disso, significa permitir que o outro seja completamente diferente de nós, permitindo que ele seja uma entidade única e distinta, sem tentar relacioná-lo à nossa própria identidade ou mesmidade.

O autor enfatiza a importância de aceitar e valorizar a individualidade e singularidade de cada ser humano, reconhecendo que a diferença não é simplesmente uma variação de uma mesma identidade, mas uma alteridade que é absolutamente independente e não comparável à nossa própria identidade. Isso nos convida a adotar uma abordagem mais inclusiva e respeitosa em relação às diferenças, reconhecendo-as como algo intrinsecamente valioso e único.

Dessa forma, a identidade desempenha um papel crucial no processo de resgate histórico e cultural, promovendo a preservação da história, a construção de comunidades coesas e diversas, o empoderamento individual e a promoção da compreensão intercultural. Ela é um elemento central na riqueza e diversidade do patrimônio cultural de uma sociedade.

E a identidade de um município é uma construção simbólica que se alimenta do passado para legitimar o presente e projetar o futuro. Nesse processo, a historicidade desempenha um papel central: ela oferece os marcos temporais e os referenciais culturais que ajudam a definir “quem somos” enquanto comunidade.

Festas populares, narrativas sobre os “fundadores” do município, personagens lendários e traços culturais específicos (como culinária, sotaque, vestuário etc.) são elementos que expressam essa identidade territorial. Contudo, essas representações não são imunes às transformações: elas se atualizam, se adaptam e, muitas vezes, entram em conflito diante das mudanças sociais, econômicas e políticas.

A chegada de novos grupos populacionais, os processos de urbanização e modernização, a influência de meios de comunicação e o avanço de novas ideologias podem provocar reinterpretações do passado e gerar disputas em torno da memória e da identidade local. A historicidade, portanto, deve ser compreendida como um campo em constante movimento, onde o passado é continuamente reavaliado à luz das demandas do presente.

Estudar o processo de historicidade de um município não é apenas um exercício acadêmico. Trata-se de uma prática com implicações políticas, culturais e sociais

profundas. Ao reconhecer que a história local é construída socialmente, abre-se espaço para o protagonismo de diferentes sujeitos históricos e para a valorização da diversidade de experiências que compõem o tecido social.

Contribuindo para fortalecer o sentimento de pertencimento comunitário, promover a cidadania ativa e incentivar o desenvolvimento de políticas públicas sensíveis às especificidades locais. Projetos de educação patrimonial, memória oral, turismo cultural e valorização das tradições populares são exemplos de como o conhecimento da historicidade municipal pode gerar impactos positivos na realidade.

Por fim, essa perspectiva também impõe desafios. É necessário lidar com contradições, conflitos e feridas históricas que muitas vezes permanecem abertas no imaginário coletivo. Questões como a violência fundiária, a expulsão de comunidades tradicionais, o racismo estrutural e as desigualdades sociais precisam ser reconhecidos como parte da história do município – não para alimentar ressentimentos, mas para construir uma memória justa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, demonstrou que a historicidade de um município é um processo vivo, que articula tempo, espaço, memória e identidade. Longe de ser um dado fixo, ela é permanentemente negociada por seus habitantes, reinterpretada pelas novas gerações e influenciada pelas transformações locais e globais. Compreendê-la é essencial para dar voz às múltiplas histórias que coexistem em um mesmo território e para promover uma leitura crítica e participativa da realidade social.

Ao valorizar o processo histórico de formação dos municípios, contribui-se para o fortalecimento da democracia local, para a construção de cidadanias mais conscientes e para o respeito à pluralidade cultural que marca o Brasil. O município, enquanto espaço de vivência e significação histórica, torna-se, assim, uma chave privilegiada para o entendimento dos grandes processos que moldam nossa sociedade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARBOSA. Marialva Carlos. RÊGO. Ana Regina. **Historicidade e Contexto em Perspectiva Histórica e Comunicacional.** Revista Famecos. 2017. https://revistaseletronicas.pucrs.br › download. Acesso em:10/05/2025.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG).

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contrapondo, PUC-RJ, 2014.

LARRAIN, Jorge. **El concepto de identidad**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 21, p. 30- 42, ago. 2003.

MUNANGA, Kabengele. GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

PARDO, José Luis. El sujeto nevitable, in: CRUZ, Manuel (org.). **Tiempo de subjetividade**. Barcelona: Paidós, 1996: 133-154.

SILVA, Tadeu Tomaz da. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.